

## Errância da história: hiância, movência e contingência no funcionamento do discurso

### The errance of history: scission, movement and contingency in the working of discourse

João Flávio de Almeida<sup>1</sup>

#### RESUMO

Fundamentado na Análise do Discurso de Michel Pêcheux (2008; 2009) e na Epistemologia da Errância (ALMEIDA, 2019), este artigo tem por objetivo teorizar a respeito das noções de errância, sedentarização e erro no funcionamento da história e da memória discursiva. Ora, o conceito de errância tem que ver com a movência contingente, fundamental e incorrigível que produz deslocamentos tanto na base linguística quanto nos processos discursivos; o termo sedentarização, por outro lado, diz respeito ao enraizamento e estabelecimento de muros, é controle, administração, apoucamento, repetição e acúmulo de sentidos. Dessa forma, importa a este texto analisar certos efeitos da sedentarização histórica da significação na contemporaneidade. Metodologicamente, este texto se pautará predominantemente na obra Discurso: Estrutura ou Acontecimento (PÊCHEUX, 2008), analisando os efeitos do discurso logicamente estabilizado, produzido por sujeitos do discurso que Pêcheux chama de “especialistas”. Finalmente, proporemos uma maneira outra de produção e circulação dos saberes históricos, a saber, a Epistemologia da Errância.

**Palavras-chave:** Pêcheux. História. Errância.

#### ABSTRACT

Based on the Discourse Analysis of Michel Pêcheux (2008; 2009) and on the Epistemology of Errance (ALMEIDA, 2019), this article aims to theorize about the notions of errance, sedentarization and error in the functioning of history and memory discursive. The concept of errance has to do with the contingent, fundamental and incorrigible movement that produces dislocations both in the linguistic base and in the discursive processes; the term sedentarization, on the other hand, refers to the rooting and establishment of walls, it is control, administration, grouping, repetition and accumulation of meanings. Thus, it is important for this text to analyze certain effects of the historical sedentarization of meaning in contemporary times. Methodologically, this text will be based predominantly on the work Discourse: Structure or Event (PÊCHEUX, 2008), analyzing the effects of the logically stabilized discourse, produced by subjects of the discourse that Pêcheux calls “specialists”. Finally, we will propose another way of producing and circulating historical knowledge, namely, the Epistemology of Errance.

**Keywords:** Pêcheux. History. Errance.

## 1 INTRODUÇÃO

A rigor, ninguém jamais errou: nem pecados, nem enganos, nem fracassos (ALMEIDA, 2019).

A despeito de todo trabalho de correção da língua, da história e do mundo material, não existe nenhum

<sup>1</sup> Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Professor na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Ribeirão Preto/SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2165-8392>. E-mail: [joaoflaviodealmeida@gmail.com](mailto:joaoflaviodealmeida@gmail.com).



tipo de falha primordial. O erro só emerge depois, *a posteriori*, através de trabalhos intelectivos, discursivos e ideológicos; logo, o erro não é uma experiência a ser desvelada, mas sim uma antiexperiência proveniente de um trabalho de atribuição. O erro, portanto, não é causa, mas efeito - consequência de um gesto de imputação. Mas se não há um erro original na língua, qual é a gênese das ilusões, contradições, ambiguidades, confusões e obstáculos ao projeto de aperfeiçoamento da língua, do sujeito e da história? A errância.

Neste texto, apresentamos uma inversão teórica que pode produzir algum efeito no campo da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2008; 2009): não é o erro que está na origem do enigma da linguagem, mas uma errância incorrigível. Deste prisma, é possível dizer que a noção de “erro” talvez tenha sido apenas uma ferramenta de sedentarização (apoucamento, controle e repressão) da significação e do conhecimento. Importa-nos, aqui, sobretudo, colocar em questão a errância em relação às noções de história, acontecimento discursivo e memória discursiva, tais como conceitua Pêcheux em “*Discurso: estrutura ou acontecimento*” (2008).

Tal como proposto em “*Epistemologia da Errância: erro, hiância e ciência em discurso*” (ALMEIDA, 2019), errância e sedentarização são noções advindas da ciência historiográfica, e dizem respeito aos primeiros humanos na terra. Segundo Harari (2017) e Righi (2017), os errantes eram meros caçadores-coletores que caminhavam pelo mundo sem direção, sem produzir transformações no mundo, sem posses e sem projetos para falhar ou acertar. Os sedentários, por outro lado, em busca de segurança e estabilidade fincavam raízes, estabeleciam muros e posses, transformavam um determinado espaço e passavam a caminhar em círculos, a produzir repetições e diminuições do mundo; o sedentário, ao estabelecer divisas, estabelecia também restos (forclusões e denegações) que serviam como procedimentos de administração material e social, e com isso deram início aos jogos de poder, à exploração alheia e ao acúmulo. Diante de uma infinidade de novos projetos, noções como progresso e fracasso passaram a fazer parte da vida dos sedentários, e diferentemente dos errantes, para quem não havia erro ou acerto, para os sedentários as falhas e as imprecisões se tornaram ameaças a serem banidas de seus territórios.

Tais vocábulos foram retomados na intenção de funcionarem como símiles teóricos para certos funcionamentos discursivos. No centro da Epistemologia da Errância, a noção de errância diz respeito à movência contingente, fundamental e incorrigível que produz deslocamentos tanto na base linguística quanto nos processos discursivos. Sendo ambos constituídos por fragmentos irremediavelmente separados por uma hiância constitutiva, base linguística e processos discursivos não são capazes de produzir unidades sólidas e estáveis (PÊCHEUX, 2009). Este procedimento de costurar as divisas na





tentativa de produzir uma totalidade é trabalho da ideologia, que tenta (sempre fadada ao fracasso) suturar os fragmentos, ou melhor, tenta sedentarizar os movimentos errantes da língua e do discurso. Sedentarização tem que ver com enraizamento e estabelecimento de muros: diz respeito à posse, controle, administração, apoucamento, repetição e acúmulo de sentidos. Mas não apenas isso: sedentarizar é estabelecer critérios para o que entra e o que deve ser esquecido fora dos muros da significação (ALMEIDA, 2019).

Longe de tentar reinventar conceitos e teorias já consolidadas, tais noções (errância e sedentarização) emergem na tentativa de fornecer dispositivos teóricos para pensarmos e analisarmos os funcionamentos discursivos no seio da Análise do Discurso pecheutiana. Dito isso, a noção de sedentarização “tem que ver com o empreendimento (ainda que frustrado) do discurso dominante em se tornar proprietário do sentido, domesticando seu funcionamento e minorando sua amplitude” (ALMEIDA, 2019, p.195). Por outro lado, o conceito de errância pode nos ajudar a pensar toda sorte de movência contingente, constitutiva e incorrigível na significação e no discurso.

A proposta de uma Epistemologia da Errância remete-se, portanto, a um gesto de produção de saberes que acolhe o erro e convida a errar, a vagar, a perambular e a destotalizar sentidos sedentarizados e supostamente estabilizados. Importa ressaltar, contudo, que tal proposta não prescinde nem olvida as pesquisas contemporâneas que pensam a movência da significação e do discurso, em especial as colocações que apresenta Orlandi (2012) sobre sentidos em fuga. Metodologicamente este texto focará especificamente na análise e na teorização a partir das obras *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, 2008), e *Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2009), ciente de que outras obras de Pêcheux também seriam muito úteis para tais reflexões, como *A língua inatingível* (2004) e *Sur la (dé) construction des théories linguistiques* (1982), além do diálogo muito próximo com Althusser (1978).

## 2 ERRO E ERRÂNCIA NA HISTÓRIA

No âmago da Epistemologia da Errância, o erro emerge como um conceito muito caro. A instrumentalização ideológica dessa noção - e de seus deslizamentos significantes - condiciona sentidos e sujeitos em direção a um suposto progresso linear, a um aperfeiçoamento sustentado na correção. O erro, portanto, se torna uma ferramenta ideológica muito poderosa nas mãos do discurso dominante, um funcionamento que produz efeitos através do fornecimento de “evidências” reparadoras de um erro que, a despeito de ser posterior, deve aparecer como anterior. Dessa forma, o provisionamento de





verdades corretas e corrigidas, por parte dos “especialistas”, supostamente instaura certa unidade entre as partes que constituem o sentido, apagando as hiâncias e as errâncias através de ilusões de naturalização e cristalização do sentido: a ilusão da sedentarização.

Essa problemática sobre a língua perfeita, mas também sobre o erro na língua, é tomada de forma delongada no início da obra “*Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” (2009), na qual o autor dedica vários capítulos a discussões de cunho lógico-filosófico com pensadores como Leibniz, Frege, Carnap, Husserl e outros. É do seio dessa discussão que fundamentamos, aqui, a proposta de que não é o erro que está na gênese das ilusões e dificuldades do aperfeiçoamento da língua e dos saberes, mas sim uma movência errante, constitutiva e incorrigível. Nesses capítulos, Pêcheux aborda, ainda, o papel do “especialista” como aquele que fornece “evidências” que tentam ora corrigir a língua, ora estabilizar a significação. Este trabalho político-ideológico é o que chamamos, aqui, de sedentarização. Sedentarizar é mais do que estabilizar logicamente um sentido: é se apossar dele, lucrar com ele, diminuir sua potência estabelecendo muros e restos (ALMEIDA, 2019).

Esse efeito de sedentarização, contudo, se estende também ao funcionamento da significação que, calcado pela história e pela memória discursiva, trabalha o a-dizer a partir do já-dito. Neste ponto, voltaremos ao texto “*Discurso: estrutura ou acontecimento*”<sup>2</sup> (2008), com o objetivo de propor a noção de errância como símile aos funcionamentos discursivos e históricos “não-estabilizados”. Pêcheux inicia essa obra abordando problemáticas dessa ordem, inquirindo a estabilização lógica da história. A já bastante conhecida análise sobre o enunciado “*on a gagné?*” (ganhamos) é usada para lançar luz sobre os jogos de significação que, em conflito, trabalham os pressupostos fornecidos pela memória discursiva em relação a um acontecimento atual.

Pêcheux sublinha, de partida, uma movência inapreensível na significação fornecida pela tensão entre distintas memórias discursivas: os sentidos da vitória política são invadidos por sentidos advindos de diversos espaços de significação, como futebol, guerra e outros. Todavia, ainda que irrompa uma miríade intangível de sentidos errantes - que se movem de forma contingente e indefinível -, essa pluralidade movente é impedida de sua potência significativa, e passa a receber tratamentos lógicos que instauram certa ilusão de evidência transparente: “o veredito das cifras, a evidência das tabelas” (PÊCHEUX, 2008, p. 20).

Ainda que tenha sido um acontecimento vivenciado por todo um continente, as eleições francesas de 1981 remontavam a uma miríade muito heterogênea de memórias e significados, de forma que parecia impossível conferir ao ocorrido um sentido total e uno. Ao contrário: ecoavam sentidos de

---

<sup>2</sup> Doravante, D:EA.





outras incontáveis “eleições” que aparentemente não tiveram fim, mas estenderam-se pela história, umas mais que outras, de forma errante, contingente e plural, até encontrar aquela eleição, em 1981 – sobre a qual falamos ainda hoje, mas não apenas dela, e sim também de muitas outras que lhe habitam. De tantos sentidos, advindos de distintas memórias e de diferentes lugares discursivos, como determinar “um”? “Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai ‘pegar’ com uma intensidade particular: é o enunciado ‘*On a gagné*’ [‘Ganhamos!’] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento” (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Entre confluências e divergências incalculáveis, algumas “pegas” - nos termos propostos por Althusser (2005) -, permaneceram mais que outras. Essa errância contingente dos sentidos gera colisões que, “de encontro em encontro, uma carambola e o nascimento de um mundo” (ALTHUSSER, 2005, p. 10). Algumas “pegas” são instrumentalizadas pelos discursos dominantes (conflitos de FDs<sup>3</sup>) através de um jogo de enunciados lógicos que (ilusoriamente) solucionam o problema da interpretação; emergem juízos lógicos como “o candidato X recebeu N votos, que equivalem a Z% do total, e por isso venceu as eleições francesas de 1981” (PÊCHEUX, 2008, p. 22). Não faltaram enunciados matematizados para fornecer sentidos lógicos, coerentes e estáveis, capazes de atuar como “evidências” irrefutáveis que organizavam toda aquela errância de sentidos. Um acontecimento se torna um acontecimento discursivo quando perde seu anonimato e recebe relevância e significações suficientes para virar história, mas não qualquer história: parece que ela precisa ser coesa e estável suficiente para sustentar novas tomadas de palavra.

Produzida assim, de forma matematizada, a história sugere enunciados necessários, causais e contínuos, como se um derivasse do outro, como se fossem uma grande unidade homogênea e coesa. Trata-se, nos termos propostos pela Epistemologia da Errância, de uma tentativa de sedentarização da significação através de recursos lógico-retóricos que visam controlar a movência contingente e errante da significação. Dito de outra forma, a história não pode errar.

Mas erra. A errância, porque é constitutiva e incorrigível, persiste e faz errar (falhar e vagar) o projeto de sedentarização pelo discurso dominante. No exemplo anterior, “o candidato X recebeu N votos, que equivalem a Z% do total, e por isso venceu as eleições francesas de 1981” (PÊCHEUX, 2008, p. 21), persistem hiâncias por meio das quais a errância produz movência. O uso do termo “vencedor” (*on a gagné*), por exemplo, funciona como uma fenda por onde outros sentidos irrompem

---

<sup>3</sup> Em “O discurso: estrutura ou acontecimento” (2008), Pêcheux não usa estes termos, “formação discursiva” e “forma-sujeito”. A propósito das discussões sobre a manutenção ou não de tais noções, tomamos partido pela pertinência e atualidade de tais funcionamentos discursivos, mas acreditando na pluralidade aberta e diluída das FDs e na porosidade da forma-sujeito (incapaz de assujeitar de forma plena o sujeito do discurso).





de forma contingente: “este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável” (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Tal como conceituado em *Epistemologia da Errância* (ALMEIDA, 2019), propomos aqui lançar luz sobre a hiância que separa as partes que constituem a significação do termo “*on a gagné*”. Na base linguística, o arbitrário e o valor do signo não permitem a configuração de “um” sentido, unívoco e coeso, para tal palavra. Nos processos discursivos, por outro lado, este termo tem sua significação trabalhada por intermédio de relações discrepantes e paradoxais, logo, a estabilidade de tal significação só poderia funcionar na forma de ilusão de evidência, afinal “sempre há outros jogos no horizonte” (PÊCHEUX, 2008, p. 22).

Diante desse caldo movente, composto por fragmentos de significação e temperado por uma boa dose de contingência, importa recortar, organizar, separar, e com isso, administrar, possuir e reduzir essa movência que, embora seja fecunda, parece ser insuportável a sujeitos afeitos a verdades únicas e absolutas. Dito de outra forma, interpretar é sedentarizar o sentido; interpretar é tentar produzir unidades (totalidades) na significação, é tentar costurar hiâncias e estancar movências. Contudo, como visto anteriormente, trata-se de um projeto que nasce fadado ao fracasso, pois uma relação entre discrepantes não pode produzir “um”: o já-dito fende e atravessa o dizer como um absurdo no âmago do familiar, de forma que o encaixe entre eles só pode ocorrer de forma imprecisa e claudicante. Dessa forma, o encontro do já-dito com o dizer é constitutivamente dotado de movência contingente; trata-se, portanto, da errância da interpretação.

Nas páginas seguintes de *D:EA*, Pêcheux continua analisando as eleições presidenciais de 1981 na França, realçando o trabalho dos “especialistas”. Dada a miríade incontável de sentidos, diversos comentaristas, peritos e autoridades se dispuseram a interpretar aquele acontecimento discursivo para a população. A despeito da errância que conduz a distintas interpretações, certa regularidade desponta em meio a tantas análises: o caráter lógico da linguagem utilizada pelos especialistas. Por intermédio de uma linguagem lógica, erudita e matematizada, supostamente despida de erros, falhas e movências, o embate entre discursos fornece “evidências” (contraditórias) que instauram a ilusão de que o acontecimento não passa por um processo de interpretação, mas sim de descrição por uma linguagem supostamente inequívoca, como atesta Pêcheux na citação abaixo:

Tomados pelo ângulo em que aparecem através da mídia, os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica. O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e





relações logicamente estabilizados: desse ponto de vista, dir-se-á que no dia 10 de maio, depois de 20 horas, a proposição ‘F. Mitterrand foi eleito presidente da República’ tornou-se uma proposição verdadeira; ponto final (PÊCHEUX, 2008, p. 23).

Em uma linguagem matematizada poderíamos formular o enunciado final das eleições da seguinte forma:  $A \wedge B$  tal que  $A = F. Mitterrand$  e  $B =$  eleito presidente da República. Ou seja, o juízo  $A \wedge B$  é verdadeiro se  $A$  e  $B$  forem proposições ambas verdadeiras; caso contrário, trata-se de uma falsidade, um erro. Esses recursos lógicos são amparados por números absolutos, gráficos, tabelas e equações. No final da série de “descrições” lógicas, os comentaristas podem enunciar juízos ilusoriamente consistentes e coesos, logicamente estabilizados. Logo, o trabalho dos especialistas consiste em um processo de interpretação que, enquanto interpreta, apaga o próprio gesto de interpretar, simulando a descrição harmônica de um “fato” absoluto em si. Fundamentados em Pêcheux, podemos afirmar que é justamente essa estabilização lógica fornecida pela interpretação/descrição do especialista que sublinha o projeto de sedentarização da significação, demarcando suas movências e interrompendo sua potência significativa.

No decorrer da análise pêcheutiana algo começa a despontar: interpretação é um processo capaz de produzir apenas verdades vacilantes, como se no âmago da sedentarização habitasse uma errância secreta, como se no seio da exatidão residisse uma imperfeição incorrigível, “paráfrases, implicações, comentários, alusões etc. - isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2008, p. 23). Contudo, não é de “erro” que estamos falando; quando se assume o erro como fundamento do problema da significação, assume-se também a possibilidade do acerto e da correção. Para Pêcheux, não se trata disso; em suas palavras, tais imperfeições não devem ser reduzidas a quiproquós:

Quisemos fazer este esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas resultariam de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a ‘problemas sem pé nem cabeça’ dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Procuraremos mostrar que não se trata disso (PÊCHEUX, 2009, p. 87).

Erro supõe correção, errância não. Errância é movência constitutiva, decorrente de uma hiância que separa irremediavelmente cada parte do signo (base linguística) e do discurso (processos discursivos). Na errância, portanto, não há erro ou acerto, apenas contingência. É apenas por intermédio de um projeto de estabilização da significação que erro e acerto podem emergir como ferramentas de controle e administração de sentidos e sujeitos.





Essa proposição nos coloca diante de um dilema teórico: para produzir efeitos, a sedentarização precisa obliterar a errância incorrigível e apresentar em seu lugar o erro corrigível, e então se colocar a corrigir; mas justamente por isso o discurso dominante não pode oferecer mais do que certezas vacilantes ou verdades falhas. O erro funciona como uma espécie de tapume que esconde a errância, mas sua correção também trabalha da mesma forma: ambos apenas dissimulam a movência constitutiva que impede o estabelecimento de uma unidade sólida e estável de significação. É por isso que, a despeito do intenso trabalho ideológico de costura das hiâncias, a movência esgarça toda sutura. A solidez se desfalece, a descrição se mostra incompleta e imprecisa, e o especialista se vê irremediavelmente às voltas com erro – já que não reconhece a errância.

O enunciado “*On a gagné*”, por exemplo, longe de ser um juízo estável, desliza através de uma série discursiva inconvenientemente vasta, desvelando que a aposta do especialista, longe de ser uma descrição termo a termo do acontecimento, não passa de uma entre muitas interpretações, uma pluralidade de sentidos logicamente estabilizados (ilusoriamente) que, contraditoriamente, se apresentam todos como verdadeiros (PÊCHEUX, 2008, p. 25). Ainda no exemplo das eleições francesas, na citação abaixo Pêcheux aponta o caráter nada evidente do próprio sentido de “vitória”, que pode se deslizar em diferentes sentidos:

Que parte, cada um desses funcionamentos léxico sintáticos subjacentes, tomou na unidade equívoca desse grito coletivo que repercutiu? ‘*On a gagné*’ [‘Ganhamos’]... A alegria da vitória se enuncia sem complemento, mas os complementos não estão longe: ganhamos o jogo, a partida, a primeira rodada (antes das legislativas); mas também (em função do que precede) ganhamos por sorte, como se ganha o grande prêmio quando nem se acredita; e, claro, ganhamos terreno sobre o adversário, já com a promessa de ocupar posições neste terreno e, antes de tudo, ocupar com toda legitimidade o lugar do qual se governa a França, o lugar do poder governamental e do poder do Estado; ‘*A esquerda toma o poder na França*’ é uma paráfrase plausível do enunciado-fórmula ‘*on a gagné*’ [‘ganhamos’], no prolongamento do acontecimento (PÊCHEUX, 2008, p. 26).

O gesto de fornecer descrições “verdadeiras” e lógicas afeta diferentes FDs de distintas maneiras. Ora, não faltam especialistas: padres e pastores que sedentizam a significação da bíblia para os fiéis, advogados e juizes que administram a lei para os cidadãos, jornalistas que recortam e costuram os acontecimentos para seus ávidos consumidores de informações: “não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1997, p. 60) - quando Pêcheux usa o termo especialista, parece-nos que ele se refere a toda sorte de autoridade discursiva.





Quando o especialista se oferece a conceder “gentilmente” suas sábias interpretações, entra em funcionamento um complexo jogo discursivo de sedentarização dos sentidos, o que implica uma administração dos sentidos no exato instante em que se apaga as marcas dessa instrumentalização. Quando o especialista descreve, supostamente não há que se duvidar. Seus enunciados lógicos estabilizam os sentidos, estabelecem muros e apagam os restos: eis tudo o que se pode e que se precisa saber.

Em termos pècheutianos, trata-se da mesma inversão idealista superposta pela forma-sujeito: é a mesma ilusão que faz parecer que o interdiscurso é mero efeito do intradiscurso, o mesmo delírio que coloca o fio do discurso do especialista na origem dos sentidos trabalhados por “seu” discurso. Logo, a instrumentalização do erro se torna um método aparentemente eficiente na construção imaginária de um sentido pleno que pode ser fornecido somente por poucos especialistas. O trabalho de sedentarização da significação consiste, sobretudo, em engendrar o erro no sentido para que os especialistas (tensão entre discursos) despontem como paladinos da verdade, do acerto e do progresso. Antes da intervenção dos especialistas os sentidos de “*on a gagné*” eram plurais, caóticos e errantes. Por intermédio da instrumentalização do erro e do acerto os sentidos são recortados, diminuídos, assentados, estabilizados e administrados: sedentarizados.

### 3 MEMÓRIA DISCURSIVA: HIÂNCIAS E MOVÊNCIAS

Sedentarizar a significação implica administrar não só o dizer, mas também o não-dizer e o já-dito. É aqui que entra, na materialidade histórica do discurso, o trabalho da memória discursiva e do esquecimento discursivo. Sedentarizar é estabelecer muros, o que implica foracluir o diferente, expulsá-lo e esquecer-lo; é traçar divisas e desprezar (jogar fora) o que está para além desses limites, no exílio. Do lado de dentro dos muros, a reclusão estabelece imediatamente uma exclusão; ao mesmo tempo que fixa o que é familiar, determinada também que é estrangeiro e esquecível.

Para Pêcheux (2008), o especialista se implica com a história na medida em que dá voz a certos já-ditos em detrimento de outros - que devem ser esquecidos ou apagados, vertidos em restos de significação; tal procedimento instaura a ilusão de que o dizer do especialista é tudo o que existe a ser dito. Importa assumir, com Pêcheux, que esse trabalho político-ideológico se dá sob intenso aporte retórico e discursivo fornecido pelos métodos tecnocientíficos, que matematizam língua e história. Todo o aparato lógico de controle sócio-histórico (a multiplicidade de técnicas de gestão) serve, assim, de sustentação à sedentarização da significação.





A esta série vem se juntar à multiplicabilidade das 'técnicas' de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é 'impossível' que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido etc. (PÊCHEUX, 2008, p. 30).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o discurso dominante ilusoriamente fornece interpretações logicamente estabilizadas, desautoriza e interdita as demais interpretações. "Esses espaços [...] repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas" (PÊCHEUX, 2008, p. 30-31). Diante da miríade imensurável e incontrolável de sentidos errantes que um dado acontecimento pode desfechar, o discurso dominante, através de especialistas, manifesta-se como força ordenadora de sentidos errantes, contingentes e caóticos.

No trabalho de sedentarização, a própria história não pode errar. Deve, ao contrário, fornecer sentidos estáveis e lógicos para que a descrição não soe como interpretação. O próprio erro emerge, assim, como efeito discursivo de regulação, haja vista que, ao assumir o posto de especialista que fornece descrições verdadeiras, imputa ele sentidos de erro e inverdade no discurso "concorrente". Por intermédio de tal funcionamento discursivo, o especialista faz crer que a errância dos sentidos é, ela mesma, uma ameaça, e que por isso deve ser sedentarizada e administrada por ele, paladino da correção e da verdade, sacerdote que ministra rituais de purificação repetidos à exaustão.

Como em uma liturgia, certos enunciados serão reditos amiúde diante do altar da razão lógica. Em vista disso, a linguagem supostamente correta do especialista deve se mostrar asséptica, perfeita e estável. Tais efeitos discursivos fornecem às FDs o que Pêcheux chama em *Semântica e discurso* de forma-sujeito (2009, p. 213), um conceito emprestado de Althusser, que atesta que "todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A 'forma-sujeito' é forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais" (ALTHUSSER, 1978, p. 67). Dito de outra maneira, a forma-sujeito é o processo de assujeitamento fundamentado na interpelação-identificação do sujeito com a FD que o condiciona. A forma-sujeito, portanto, se manifesta como ego imaginário, como identificação do sujeito consigo mesmo, unidade do si - apagamento da hiância que fende o sujeito do discurso e simulação de uma singularidade (PÊCHEUX, 2009).





Dessa forma, o trabalho de sedentarização do discurso pelo especialista é também trabalho de sedentarização do sujeito. Tais sentidos estabilizados se irradiam e produzem efeitos em outros espaços discursivos; nas ruas, nos bares e nas igrejas, o “*on a gagné*” passa a ecoar sentidos que vão se colando, pegando, se assentando e estabilizando logicamente, produzindo, ao mesmo tempo, sujeitos igualmente menos revoltos e vacilantes. O trabalho do especialista é produzir uma descrição adequada de todos os sentidos existentes, articulando e suturando ambiguidades, paradoxos, imprecisões, e fornecendo um campo de sentidos bem controlado, sereno, onde o sujeito possa se sentir seguro de que sabe do que fala.

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como ‘logicamente estabilizados’) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo - tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços (PÊCHEUX, 2008, p. 31).

Todavia, algo insiste e persiste em errar no projeto de sedentarização da significação pelo discurso dominante. A errância, por ser constitutiva, é incorrigível. Por isso, ainda que o especialista sugira verdades estáveis e coerente, ele se vê irremediavelmente envolto por imprecisões, ambiguidades e toda sorte de equívocos que coagulam o pretense domínio das ciências exatas na significação.

Ora, esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, [...], que ‘cobrem’ ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações (PÊCHEUX, 2008, p. 32).

Se a errância se manifesta pelo trabalho das hiâncias constitutivas, o tecido que recobre as hiâncias é, por outro lado, um *patchwork*<sup>4</sup> heteróclito: uma costura irregular, composta por partes discrepantes e contraditórias. A sedentarização da significação, portanto, não passa de uma roupagem esburacada, mal costurada e maltrapilha, que, a despeito de seus repetitivos esforços, não consegue ocultar suas próprias vergonhas. Não passa de fantasia delirante, repleta de falhas, pontas soltas, costuras, descosturas, fendas e ranhuras: o velado insiste em se desvelar. Tal vestimenta discursiva, por mais ornamentada que se apresente, é cerzida com tecido rudimentar e mutilado, suturado por linhas quebradiças e lânguidas, e por isso incapaz de atar os fragmentos e produzir uma unidade.

<sup>4</sup> Trabalho que consiste na reunião de peças de tecido de várias cores, padrões e formas, costuradas entre si, formando desenhos geométricos. Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/patchwork>.





Para o autor, contudo, não se deve negar que a sedentarização de sentidos e sujeitos coincide com a necessidade de se organizar as múltiplas coisas-a-saber; por intermédio de uma estabilização lógica dos sentidos é que podemos encontrar o melhor tratamento para uma determinada doença, a forma mais segura de garantir alimentos para todos etc. “As ‘coisas-a-saber’ representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do ‘sujeito pragmático’” (PÊCHEUX, 2008, p. 34). Logo, não se deve objetar que a sedentarização da significação corresponde às demandas de um sujeito de carne e osso que busca, sobretudo, por segurança; não se pode esquecer, enfim, das ansiedades de um sujeito que se vê obrigado a confrontar problemas cotidianos “associados às ameaças multiformes de um real do qual ninguém pode ignorar a lei - porque esse real é impiedoso” (PÊCHEUX, 2008, p. 35).

Esta guinada teórica de Pêcheux nos impõe, portanto, certa cautela: não se trata de romantizar a errância, tampouco de execrar a sedentarização. O real é impiedoso e muitas vezes exige respostas rápidas, assertivas e coerentes; no humano de carne e osso, há desejos, necessidades, medos e esperanças: é inútil negar. Sobreviver é o maior acerto, junto à paz, saúde e fartura de alimentos; falhar, conseqüentemente, é cessar. Às coisas-a-saber interessa, afinal, que sejam sólidas, assertivas, preventivas: é ineficaz negar a materialidade das ameaças à vida.

Contudo, alguns questionamentos se impõem diante desse contexto teórico: o que perdemos em nome da segurança? E mais: de quanta segurança realmente precisamos? É só de segurança, mesmo, que falamos quando estamos às voltas com a sedentarização? Não seria, também, posse, lucro, administração e poder?

Para Pêcheux (2008) o real, justamente porque é inatingível, é fonte de uma pluralidade heteróclita (irregular) de sentidos que, tomados em sua vastidão errante e insubmissa, constituem eles mesmos ameaças multiformes. É dessa necessidade universalmente humana de organizar os saberes (para sobreviver, minimizar a dor e otimizar o prazer) que os especialistas se servem para fornecer conhecimentos supostamente estabilizados, seguros e coesos, ainda que carregados de caracteres políticos e ideológicos. Nas palavras de Pêcheux (2008, p. 35):

O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma autoleitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente ‘humana’, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios.





Pêcheux aponta que este modelo discursivo calcado na estabilização lógica (sedentarização) dos sentidos não é recente no pensamento ocidental: “houve o momento da escolástica<sup>5</sup> aristotélica, procurando desenvolver as categorias que estruturam a linguagem e o pensamento para fazer delas o modelo e o *organon* de toda a sistematização” (PÊCHEUX, 2008, p. 35). Houve também o período do rigor positivo, marcado por uma matematização da linguagem e da natureza através da física, da química e da biologia. Era o nascimento de um “novo *organon*, construído contra o aristotelismo e apoiado na referência às ‘ciências exatas’, que procura por sua vez homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais” (PÊCHEUX, 2008, p. 36). E não menos importante, ainda que um pouco mais contraditório, houve (há) também o gesto de sedentarização da significação proposto nos escritos de Karl Marx, sobre o qual nos deteremos precisamente porque é do marxismo que emana a noção de história acolhida pela Análise do Discurso.

#### 4 A SEDENTARIZAÇÃO TELEOLÓGICA DA HISTÓRIA

Sobre sedentarização e errância na/da história, importa salientar que:

Partimos de uma contradição específica que se impõe sobre as demais: a errância, porque é fundamental e estrutural, não pode ser contornada. E é assim que a necessidade humana de organizar o saber - urgência instrumentalizada pelos sábios administradores do progresso do conhecimento - falha. Por mais que se operacionalize o par erro/acerto, o conhecimento erra, a administração falha, o progresso manca; precisamente porque língua, discurso e sujeito erram, ou melhor, vagam na contingência incorrigível da significação (ALMEIDA, 2019, p. 210).

Evocando este percurso, aportamos na problemática a respeito da noção de ‘história’. A pluralidade de sentidos atribuídos a tal conceito nos adverte para o cuidado que se deve tomar ao fazer uso dele. Nos dicionários de filosofia, o verbete história cobre muitas páginas, contudo, de forma introdutória, podemos afirmar que este termo designa: 1 - uma disciplina - chamada também de historiografia (responsável por relatos, análises, pesquisas de documentos etc.), com métodos e teorias diversos, cujos artífices são os historiadores; e 2 - o objeto de estudo dessa disciplina, a saber, a sequência de acontecimentos realizados ou sofridos pela humanidade no passado (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001). Essas definições introdutórias abarcam uma diversidade de outros desdobramentos e consequências teóricas. Esta divisão do conceito de história em disciplina e

---

<sup>5</sup> Período que se estendeu do século IX até início do século XVI, marcado por pensadores como Tomás de Aquino, Guilherme de Ockham, Pedro Abelardo e outros, guiados pela Bíblia e pelos escritos aristotélicos (MARCONDES, 2004).





acontecimento tem nesta última concepção ainda outras quatro grandes divisões que definem história como sucessão de acontecimentos: a) passado; b) tradição; c) mundo histórico; d) objeto da historiografia (VEYNE, 1987). Importa ressaltar que a noção de história adotada por Marx aparece dentro da terceira aceção (mundo histórico) que, aliás, é a mais relevante filosoficamente.

Tal concepção entende história como totalidade dos modos de ser e das criações humanas no mundo, ou melhor, a totalidade das culturas. Assim, história se opõe a natureza – cujo devir independe do registro ou da contagem do tempo e, por isso mesmo, não pode ser considerado produto de sua criação. Contudo, essa concepção de história como ‘mundo histórico’ é dividida ainda em outras cinco possibilidades: a) história como decadência; b) história como ciclo; c) história como reino do acaso; d) história como progresso; e) história como ordem providencial (CERTEAU, 1982). Ora, foi no âmago desta última concepção que Marx concebeu o materialismo histórico dialético, uma aceção de história que carrega certa inevitabilidade do “progresso” como um movimento necessário e causal que rejeita qualquer contingência. Em Marx, portanto, a história se dá de forma unívoca e integral: trata-se de passagem total do tempo sobre o mundo, por intermédio de transformações e produções materiais. Desse modo, Marx pressupõe história como um mundo-histórico regido por uma ordem providencial e causal.

Para o teórico do socialismo, a história se dá em movimentos dialéticos de ultrapassagem de uma classe social por outra, sugerindo a presença do passado no caminho do futuro. Logo, o vir-a-ser é, em Marx, sempre determinado pelo passado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2000). Ainda que seja um risco apresentar o conceito de história em Marx unicamente a partir da citação abaixo, ela se mostra importante para este panorama introdutório.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada (MARX, 2011, p. 25).

A tradição marxista se desenvolveu, predominantemente, dentro dessa concepção de um passado no futuro, onde o a-ocorrer já se encontra totalmente delineado no já-ocorrido, o que colocaria até mesmo as grandes revoluções históricas dentro de uma linearidade teleológica perfeitamente apreensível e previsível - o eterno efeito parafrástico sobre os acontecimentos. Essa determinação





fatalista do passado sobre o futuro é comparada, por ele mesmo, com a causalidade e a exatidão das ciências da natureza, a saber, o lugar teórico onde há pouco espaço para a contingência.

Tal definição de história é a síntese de um movimento dialético não só previsível, mas também determinado e estabilizado logicamente. Como não haveria de ser diferente, o caractere de irreversibilidade da história traz sérias complicações teóricas às noções de ideologia, língua e sujeito no interior da teoria da Análise do Discurso. Se a história for simples fluxo sobre rotas muito bem delimitadas e compreensíveis - história teleológica -, o futuro já estaria necessariamente contido e determinado no passado.

Não é preciso dizer que tal concepção de história é problemática, e que tem recebido diversas críticas de diferentes autores e campos de estudos, até mesmo da disciplina História (VEYNE, 1987). Contudo, a principal consequência dessa concepção é que o passado é o futuro e o futuro é o passado, ou seja, não há história: o próprio devir histórico torna-se inconcebível se a história for necessária e estritamente causal, se cada momento dela for tudo o que deve ser (CERTEAU, 1982).

Dito de outra forma, sedentarizar a história significa também sedentarizar o futuro, e se entendemos que sedentarizar é estabelecer raízes e muros, tomar posse, recortar, diminuir, administrar e lucrar, somos levados a assumir que a sedentarização do já-dito permitiria também a sedentarização de todo dizer possível no vir-a-ser: escrever a história é, portanto, escrever o futuro e se apossar dele. A concepção marxista de história teleológica, portanto, se coloca para além do erro e do acerto precisamente porque é inevitável; tudo o que acontece, acontece porque deveria necessariamente acontecer daquela maneira, e assim todo movimento da significação se daria de forma linear, em encaixes perfeitos, causais e inevitáveis. Por trás da armadilha conceitual, e a despeito de outros ônus filosóficos e sociológicos, a história linear e previsível apresentada por Marx tinha seus encantos e seduções:

[...] há o momento da ontologia marxista, que pretende de seu lado produzir as 'leis dialéticas' da história e da matéria, outro *organon* parcialmente semelhante aos dois precedentes<sup>6</sup>, partilhando de qualquer modo com eles o desejo de onipotência - 'a teoria de Marx é todo poderosa porque é verdadeira' (Lenin). No seu conjunto, os movimentos operários não puderam visivelmente resistir a este presente extraordinário de uma nova filosofia unificada, capaz de se institucionalizar eficazmente, enquanto componente crítico/organizador do Estado (o Estado existente/o Estado futuro): o dispositivo de base da ontologia dialética marxista (com O Capital como arma absoluta, 'o míssil mais poderoso lançado na cabeça da burguesia') se mostrou também capaz - do mesmo modo que todos os saberes de aparência unificada e homogênea - de justificar tudo, em nome da urgência (PÊCHEUX, 2008, p. 36).

<sup>6</sup> O Organum (ARISTÓTELES, 2005) e o Novum Organum (BACON, 1999). Estas obras são tentativas de constituir regras máximas à prática filosófica e científica de seus tempos.





Para Lênin, a teoria de Marx é todo poderosa porque é verdadeira. Para o proletariado, a notícia de que sociedade de classes inevitavelmente um dia chegará é um presente extraordinário, capaz de unificar esforços e discursos, e para todo o continente marxista, uma história unificada e homogênea se torna capaz de tudo justificar. Pêcheux, contudo, não economiza em suas críticas à teleologia da história em Marx: “a constatação da ‘crise do marxismo’ é hoje suficientemente admitida para que eu seja direto, dizendo: tudo leva a pensar que a descontinuidade epistemológica associada à descoberta de Marx se mostre extremamente precária e problemática” (PÊCHEUX, 2008, p. 39).

Quem poderia resistir a uma filosofia tão homogênea, unificadora, perfeita, promissora e esperançosa? Seu poder de aliciamento, afirma Pêcheux (2008, p. 40), ultrapassa os efeitos escolásticos de desdobramentos exotéricos (externos), e até mesmo esotéricos (místicos), de forma que os marxistas “pensavam poder construir tudo por si mesmos: a economia, a filosofia, a psicologia, a linguística, a literatura, a sociologia, a arte” (PÊCHEUX, 2008, p. 15), como se esta teoria fosse um parafuso no qual qualquer rosca pudesse se encaixar até formar uma construção perfeita, capaz de tudo abarcar. Nestes termos, “o impossível próprio à estrutura do real histórico - isto é, o real visado especificamente pela teoria marxista - seria literalmente inapreensível nas ‘aplicações’ da dita teoria” (PÊCHEUX, 2008, p. 40). Se havia restos na teoria marxista, não era por falta de zelo em tentar apagá-los. Se ainda havia algo a interpretar, não era por falta de especialistas teleológicos:

Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele. Vamos parar de supor que ‘as coisas-a-saber’ que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana. E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos ‘especialistas’ de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado, mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo (PÊCHEUX, 2008, p. 42).

A história em Marx é constituída, portanto, de outro tipo de assepsia: nela não há erro, nem mesmo a ser instrumentalizado: há apenas o inevitável. Mas se a história é teleológica, linear e necessária, não há nela restos; e se não há restos, não há interpretação. Se teleológica, a história não erra: não vaga, tampouco falha.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ERRÂNCIA DA HISTÓRIA

A história, mais do que um procedimento de descrição, é um campo de embate de interpretações; ela é o próprio império da interpretação: recobre mundo e devir em todas as direções, passado, presente e futuro, com explicações que tamponam a experiência material do ser humano no mundo, regulando-a. Palavra e devir são de naturezas distintas; há uma luta entre eles: a palavra tenta sedentarizar o devir, mas o último é mais forte.

Contudo vivemos, nas palavras de Nietzsche (2003), uma era de doença histórica: excesso de consciência histórica, exagero de informações, acúmulo de memórias, de conhecimentos e descrições supostamente plenas. Essa doença é diagnosticada quando todo o devir se vê atado inevitavelmente em uma cadeia de eventos causais e necessários, de forma que toda possibilidade de ruptura e criação se veem interditas. Sedentarizada, a história deixa de ser produzida pelos sujeitos, e passa a ser meramente administrada por certos mecanismos de automatização, instalados estrategicamente pelos detentores do discurso dominante. Todos os dias somos lembrados, à exaustão, de passado, presente e futuro; somos atados a uma linha histórica que nos parece cada vez mais sólida e inesquecível, e renunciamos, assim, a toda capacidade de criação da própria história. Nestes termos, esquecer é, em si mesmo, um erro, um pecado a ser remido em rituais de memória.

Para Nietzsche, o esquecimento é criador: esquecimento é cura se a doença for a incapacidade de olvidar. Poderíamos até dizer que não é preciso esquecer para criar, e que no âmago da história impera também uma errância incorrigível que impossibilita o estabelecimento de uma linearidade histórica estanque. Mas isso não é totalmente verdadeiro. Não podemos fechar os olhos para os incontáveis procedimentos que parecem, diuturnamente, sedentarizar o devir por intermédio da história.

Tomemos como exemplo a distinção entre os dois tipos possíveis de memória conceituados pelos gregos (RUSSEL, 2013, p.77): *mneme* (memória do vivido), e *anamnesis* (memória do não-vivido, resgate histórico). Em termos discursivos, podemos dizer que ambos os casos trabalham dois tipos diferentes de esquecimento: um ideológico-político, que trabalha na forma de forclusão e denegação; e outro da ordem do lapso da memória, que se manifesta como irregularidade, intermitência e negligência. Contudo, em ambos, também trabalham dois tipos de registro: um que seleciona de forma ideológica o que deve ou não virar história, e outro que desliza para fora dos domínios políticos e que deixa escapar para o interior dos muros da história certos acontecimentos discursivos indesejados.



Tudo isso resulta em um patchwork histórico repleto de falhas, deslizos e incompletudes que, bem ou mal, faz-se impossível de constituir uma unidade estável e bem enraizada. Outrossim, tal patchwork permite a constituição de incontáveis histórias, todas “verdadeiras”, ainda que contraditórias, o que nos permite falar em termos de uma miríade caótica de linhas históricas sedentarizadas por diferentes interesses ideológicos.

Quando o sedentário institui uma propriedade na história, circunscrevendo divisas e muros, faz de si mesmo um estrangeiro daquilo que está para fora de suas fronteiras. O problema é que os territórios histórico-discursivos dos sedentários não são apenas menores que os dos errantes, são repetidos, apinhados e repisados. Enquanto o errante se aventura por sentidos desconhecidos, o sedentário percorre muitos quilômetros discursivos ao redor de sua posse, trabalhando, moldando, corrigindo, afastando erros e vigiando contra invasores. Se, por um lado, a sedentarização da história garante ao sujeito o provimento diário de prescrições e autorizações, por outro lado, ela impõe um espaço extremamente limitado de significações. Logo, enquanto a movência contingente do errante lhe proporciona uma pluralidade incontável de sentidos históricos, a sedentarização fornecida pelos especialistas minora e extingue possibilidades; buscando segurança, o sujeito se dispõe a uma existência menor.

Além de reduzidos, os espaços histórico-discursivos dos sedentários são também mais artificiais, calcados em línguas lógico-formais antinaturais, como as linguagens matemáticas. E se os errantes não causam grandes mudanças nos sentidos - apenas perambulam por eles -, os sedentários constroem sistemas históricos artificiais, transformando, administrando, derrubando e descartando memórias e sentidos que não interessam. Estabilizada logicamente, a história se torna fria e não-humana, produzida por maquinários discursivos matematizados, repetíveis e limitadores. É essa produção/transformação da história que faz com que o especialista sedentário tenha a ilusão de que também o porvir lhe pertence: é dessa forma que, possuindo o passado, possuirá também o futuro.

Seria possível uma forma “outra” de produzir e habitar a história? Faz-se preciso criar um modelo de historicidade que não apague a errância, que inclua a imprecisão, a contradição e o erro: uma história humana, e não uma história fria, lógica e sedentarizada. Somente dessa forma habitaremos a história como seres humanos frágeis, apoiando-nos uns aos outros para sobrevivermos, e não em construções hipostasiadas e autocentradas. Assim resgataremos a transitoriedade e o caos constitutivo, e poderemos então entender e produzir uma história inclusiva, fundada na relação entre indivíduos, abarcante e tolerante. Precisamos voltar a nos mover, a tocar o devir-mundo; precisamos voltar a errar – falhar e vagar. Falhar com gosto, errar melhor, errar bonito, perambular de se perder. Precisamos





voltar a falar por falar, a brincar com o sentido até cansar. Isso implica uma produção de conhecimentos que, ao invés de foracluir, se coloca a ouvir. Significa, nas palavras de Pêcheux, vagabundear pelo “ordinário das massas” (PÊCHEUX, 2008, p. 48), o que demanda se colocar na escuta dos sentidos que pulsam na hiância intermediária que reside entre o saber tecnocientífico e o senso comum.

A Epistemologia da Errância é a prática de escuta de sentidos outros: um trabalho de descostura de verdades estabilizadas que desata evidências administradas pelo discurso dominante. Dessa forma, seu objetivo não é produzir ordem e prover descrições que estabilizam logicamente os sentidos; seu intento é acolher as movências constitutivas e, com isso, alargar a realidade histórica e discursiva dos sujeitos que habitam a língua - de seus corpos, de seus objetos, de suas relações e de suas produções. A Epistemologia da Errância se inclina a ouvir erros e restos, a acolhê-los e produzir, a partir deles, eros: desejos para além do erro e do acerto. Se a história sedimentarizada é aquela que imputa o erro para que se justifique o trabalho da correção, a Epistemologia da Errância, por outro lado, é aquela que erra e faz errar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. **Epistemologia da errância**: erro, hiância e ciência em discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019.

ALTHUSSER, L. **A corrente subterrânea do materialismo do encontro**. Crítica Marxista. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

ALTHUSSER, L. **Posições**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ARISTOTELES. **Órganon**: Categorias, Da Interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutações sofisticas. Bauru: EDI-PRO, 2005.

BACON, F. **Novum Organum**, ou Verdadeiras interpretações acerca da natureza. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CERTEAU, M. D. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve História da Humanidade. São Paulo: L & PM Editores, 2017.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 298 p.





MARX, K. **O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte**. Tradução e notas: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **El Capital**. Paris: Editions Sociales, 1976.

NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. **Ciência & Educação**, v. 6, p. 119-139, 2000.

NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ORLANDI, E. P. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **Rua**, v. 2, n. 18, p. 1-15, 2012.

PÊCHEUX, M. Sur la (dé) construction des théories linguistiques. **DRLAV, Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain**, n. 27, p. 1-24, 1982.

PÊCHEUX, M; GADET, F. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RIGHI, M. G. **Pré-história e História**: as instituições e as ideias em seus fundamentos religiosos. São Paulo: É Realizações, 2017.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

*Artigo recebido em: 15/11/2022*

*Artigo aprovado em: 30/12/2022*

*Artigo publicado em: 09/01/2023*

#### COMO CITAR

ALMEIDA, J. F. de. A errância da história: hiância, movência e contingência no funcionamento do discurso. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-20, e02229, 2022.

